

# APMP e CONAMP divulgam nota de repúdio a prefeito que atacou promotora de Justiça

A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) emitiu uma nota oficial conjunta com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), repudiando as declarações proferidas pelo prefeito de Santa Rita, Reginaldo Pereira (PRP), contra a promotora de Justiça Anita Bethânia Silva da Rocha e a instituição. O presidente da APMP, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, anunciou que medidas judiciais serão tomadas pela Associação.

“Não é compreensível ou racional que o gestor municipal Reginaldo Pereira tenha optado por extrapolar os legítimos limites de sua defesa, ofendendo a honra da promotora de Justiça, com ataques levianos”, diz um trecho da nota divulgada pelo presidente Francisco Seráfico.

Uma reunião foi realizada na manhã desta quinta-feira na sede do Ministério Público da Paraíba (MPPB) e contou

**REPÚDIO**

APMP vai tomar medidas judiciais contra prefeito

com as presenças do procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora; do corregedor-geral da instituição, Alcides Jansen; do secretário-geral do MPPB, Carlos Romero; do promotor de Justiça

Clístenes Bezerra de Holanda, do Caop do Patrimônio Público; da promotora de Justiça Anita Bethânia; do procurador de Justiça Francisco Sagres; e do próprio presidente da APMP, Francisco Seráfico

## NOTA DE REPÚDIO

A CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – e a APMP – Associação Paraibana do Ministério Público – vêm a público manifestar repúdio aos infundados ataques praticados pelo prefeito de Santa Rita, Reginaldo Pereira, contra a promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Santa Rita, Anita Bethânia Silva da Rocha.

A lamentável atitude do gestor municipal ocorreu durante reunião com auxiliares e vereadores de sua base política, cujo conteúdo foi gravado e postado no youtube ([http://www.youtube.com/watch?v=\\_4ymNT\\_1jQE](http://www.youtube.com/watch?v=_4ymNT_1jQE)), e divulgado por diversos portais de notícias, ocasião em que tentou desqualificar a atuação da promotora de Justiça, com ofensas verbais e afirmações levianas, por não concordar com suas ações em defesa do patrimônio público.

Em um regime democrático, todos têm direito de manifestar legitimamente sua insatisfação contra a atuação de

qualquer agente público; contudo, tal direito não permite a quem o exerce extrapolar os limites do livre pensamento para denegrir a imagem de uma profissional séria e competente, que se encontrava, não no exercício de uma perseguição, como faz crer o prefeito, mas no estrito cumprimento do dever legal de fiscalizar os atos administrativos.

Assim, não é compreensível ou racional que o gestor municipal, senhor Reginaldo Pereira, tenha optado por extrapolar os legítimos limites de sua defesa, ofendendo a honra da promotora de Justiça, com ataques levianos. É preocupante que um prefeito se utilize desse expediente, agredindo a promotora de Justiça com afirmações caluniosas, difamatórias e injuriosas, além de terminar por afrontar o próprio Ministério Público, demonstrando a completa falta de equilíbrio, serenidade e respeito com os poderes constituídos e as instituições públicas.

## NOVAS INSTALAÇÕES

# APMP participa da solenidade de inauguração de núcleos em Campina Grande

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) inaugurou no final do mês passado as instalações do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (Ncap), do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), do Núcleo de Apoio Funcional às Promotorias do Patrimônio Público (NAF) e das novas instalações do projeto 'Nome Legal', em Campina Grande. A solenidade, realizada na sede do MPPB em Campina Grande, foi prestigiada por autoridades, membros e servidores da instituição e teve a participação da Associação Paraibana do Ministério Público.

A mesa de abertura teve a participação do procurador-geral de Justiça da instituição, Bertrand de Araújo Asfora; do vice-governador, Rômulo Gouveia (PSD); do vice-prefeito de Campina, Ronaldo Cunha Lima Filho (PSDB) – que preside o Conselho Municipal de Segurança de Campina Grande; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Euler Chaves; do secretário executivo de Segurança e Defesa Social, Jean Bezerra; do superintendente da Polícia Civil em Campina, delegado Marcos Paulo dos Anjos; da coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais, procuradora Kátia Rejane Lucena; do coordenador administrativo das Promotorias de Campina Grande, promotor Dmitri Nóbrega Amorim; e o presidente da APMP, Francisco Seráfico da Nóbrega.

De acordo com a resolução aprovada, o Núcleo do Gaeco em Campina Grande contará com pelo menos três promotores de Justiça com atribuições para investigação e propositura de medidas judiciais com vistas à repressão às organizações criminosas. “Vamos trazer para Campina Grande promotores que irão investigar em parceria com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil, para trabalhar em conjunto no combate ao crime, e para dar resolutividade



SOLENIIDADE

Membros e autoridades prestigiam evento



**Vamos trazer para Campina Grande promotores que irão investigar em parceria com a Polícia para trabalhar em conjunto no combate ao crime”**

**Bertrand Asfora**  
Procurador-geral

mais ainda”, destacou o procurador-geral Bertrand Asfora em seu discurso.

O Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos realizados e executados

nas delegacias de polícia, quais sejam, inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrências, bem como a integração das funções do Ministério Público e das polícias voltadas para persecução penal e o interesse público.

Já o Núcleo de Apoio Funcional foi criado com o objetivo de solucionar o acúmulo de inquéritos civis na área do Patrimônio Público nas Promotorias de Justiça do interior. O Núcleo é integrado por seis promotores que vão atuar em João Pessoa e Campina Grande. Na região de João Pessoa, vão atuar os promotores de Justiça Ronaldo Guerra, Alexandre Varandas e Socorro Mayer; e na região de Campina, Leonardo Cunha Lima, Edmilson Campos e Fernando Cordeiro.

O projeto 'Nome Legal' visa garantir que crianças e adolescentes tenham o nome do pai e da mãe nas certidões de nascimento, e está sendo estruturado mais ainda na sede do MPPB na cidade de Campina Grande.

SOLENIDADE

# Novo coordenador do Ceaf é empossado

O promotor de Justiça Lúcio Mendes Cavalcante, da Promotoria de Defesa das Fundações de Campina Grande, tomou posse, em fevereiro, como novo coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). O termo de posse foi lido pelo secretário-geral do MPPB, Carlos Romero, e assinado pelo procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Bertrand de Araújo Asfora.

“É mais um desafio que assumo e vou trabalhar ainda mais para o aprimoramento das atividades que já vêm sendo desenvolvidas pelo Ceaf”, anuncia o promotor Lúcio Cavalcante, informando que dará prioridade à instalação e funcionamento do núcleo da Escola Nacional de Conciliação e Mediação (Enam) do Ministério da Justiça no âmbito do MPPB, por meio do Ceaf. O novo promotor substitui na função a promotora Anne Emannelle Malheiros Costa Y Plá Trevas.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, que funciona em um prédio anexo ao edifício-sede da instituição, em João Pessoa, é um órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

Tento como diretor o procurador de Justiça José Raimundo de Lima, o Ceaf tem como atribuições instituir cursos preparatórios para os candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e de auxiliares do Ministério Público; cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros do MP; indicar os professores regulares e eventuais para os cursos e atividades do órgão, ouvindo o procurador-geral de Justiça; realizar e estimular qualquer tipo de atividade cultural ligada ao campo do Direito e ciências correlatas relacionadas às funções afetas à Instituição; e promover, periodicamente, no âmbito local ou regional, círculos de estudos e pesquisas, reuniões, seminários e congressos, abertos à frequência de membros do Ministério Público e, eventualmente, a outros profissionais da área Jurídica.



NOVA DIREÇÃO

Promotor Lúcio Mendes assina termo de posse

## ESTÁGIO PROBATÓRIO

# Novos promotores participam de reunião da Corregedoria

A Corregedoria-Geral do Ministério Público da Paraíba promoveu, no mês passado, a segunda reunião do estágio probatório dos novos promotores de Justiça da instituição. O evento aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, e contou com a participação dos 20 promotores que tomaram posse em 2013.

A abertura foi realizada pelo corregedor-geral, procurador Alcides Jansen, que destacou a qualidade dos novos membros

da instituição. “Eles têm desempenhado seu mister com competência e excelência”, disse acrescentando que a Corregedoria tem percebido o compromisso demonstrado pelos promotores.

O procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, também ressaltou o compromisso dos novos promotores. “É com alegria que vejo que a instituição está viva através das ações de vocês no interior do Estado”, disse.



COMPROMISSO

Novos promotores participam de encontro da Corregedoria

## ASSOCIAÇÕES

# Mineira e Goiana empossam nova diretoria

A posse festiva dos membros da diretoria e conselho fiscal da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) e da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) aconteceram no último mês. As duas diretorias foram eleitas para o biênio 2014/2016. Membros da diretoria da CO-NAMP participaram dos dois eventos

A nova diretoria da AMMP tomou posse

no dia 21 de fevereiro. A chapa Mobilização Institucional, encabeçada pelo procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira, foi eleita, no dia 10 de outubro. Foram eleitos também os conselhos Deliberativo e Fiscal. Essa será a terceira vez que Nedens presidirá a AMMP. Ele já esteve à frente da associação nos biênios 91/93 e 2012/14.

Já os membros da diretoria da Associação

Goiana tomaram posse no dia 7 de fevereiro. A solenidade aconteceu no auditório José Pereira da Costa, na sede social da entidade. A AGMP será presidida pelo procurador de Justiça Benedito Torres Neto, que assume o comando da entidade de classe pela terceira vez - ele presidiu a associação por dois mandatos, entre 2004 e 2008. A chapa AGMP Viva foi eleita no dia 13 de dezembro.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## CNMP julga mais de 1.800 processos em 2013

Em 2013, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) concluiu 1.860 processos com trânsito em julgado, 594 a mais que em 2012. O crescimento de um ano para o outro se deveu, entre outros fatores, a novas metodologias de trabalho nas sessões plenárias. São exemplos a utilização do sistema Sessão Eletrônica, que automatizou o julgamento dos processos, e os novos trâmites relativos aos processos disciplinares, que se tornaram mais céleres com a aprovação do novo Regimento Interno do CNMP, em março de 2013. A mudança atribuiu ao corregedor nacional do MP a competência para instaurar procedimento disciplinar diretamente, sem a necessidade de análise prévia do pedido pelo Plenário.

Os dados fazem parte do Relatório Anual do Conselho Nacional do Ministério Público. O documento apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP no ano passado. É possível conferir informações sobre os proces-

sos autuados e julgados de 2005 (ano de instalação do Conselho) a 2013, o volume processual acumulado, as principais decisões do ano, as atividades da Corregedoria Nacional do MP, as informações sobre a gestão do Conselho, além de dados relativos ao controle da atuação administrativa e financeira do MP. O relatório permite ao cidadão acompanhar e fiscalizar o Conselho, na sua missão de promover a integração, o desenvolvimento e o controle do Ministério Público brasileiro.

Em 2013, o CNMP realizou 21 sessões ordinárias e três extraordinárias. Foram autuados 1.816 novos processos no ano. Desde 2005 a 2013, o CNMP recebeu um total de 11.752 processos, sendo que 9.968 foram concluídos com trânsito em julgado. O tipo processual mais frequente é o Pedido de Providências (com 2.791 processos autuados desde 2005, ou 24% do total), seguido da Reclamação Disciplinar (2.509 processos, ou 21% do total) e do Pro-

cedimento de Controle Administrativo (2.336, ou 20%).

Entre os processos julgados no ano passado, o Plenário decidiu acerca de temas relevantes para o Ministério Público, com destaque para a aprovação da Nota Técnica nº 02/2013, contrária a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que pretendia limitar os poderes de investigação do MP; e a aprovação de 14 resoluções, entre elas a nº 94, que criou o "Prêmio CNMP" para incentivar as boas práticas e iniciativas realizadas pelo MP, e a Conjunta com o CNJ nº 3, que instituiu o modelo nacional de interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público. O Plenário também aprovou duas recomendações.

A Corregedoria Nacional do Ministério Público inspecionou as unidades do Ministério Público em quatro estados (Acre, Ceará, Rondônia e Tocantins) e recebeu um total de 376 Reclamações Disciplinares. A Ouvidoria recebeu e processou 3.166 solicitações em 2013, o que resulta na média de 8,67 solicitações por dia.